

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**PROJETO: EDUCAR HOJE PARA PRESERVAR O
AMANHÃ**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Ticiane Alves Moreira

Santa Maria, RS, Brasil

2013

PROJETO: EDUCAR HOJE PARA PRESERVAR O AMANHÃ

Ticiane Alves Moreira

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Ambiental.**

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Barcellos da Rosa

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Educação Ambiental**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

PROJETO: EDUCAR HOJE PARA PRESERVAR O AMANHÃ

elaborada por

Ticiane Alves Moreira

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

Marcelo Barcellos da Rosa, Dr.
(Presidente/Orientador)

Damaris Kirsch Pinheiro, Dr^a. (UFSM)

Dionisio Link , Dr. (UFSM)
(In Memoriam)

Santa Maria, 21 de Fevereiro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças, iluminando minha trajetória, possibilitando assim, minha chegada até aqui.

Aos meus pais Antonio e Lane, por terem me proporcionado a oportunidade de correr atrás de meus sonhos e conquistar o meu objetivo.

Ao meu noivo Lucas, fiel companheiro que nos momentos mais difíceis soube me compreender.

A todos os professores do Curso de Especialização em Educação Ambiental - UFSM, pela força e incentivo durante esta caminhada, em especial ao Professor Marcelo Barcellos da Rosa por ter aceitado ser meu orientador num momento tão delicado de sua vida.

Agradeço a todos os professores que diretamente e indiretamente contribuíram com o meu crescimento como pessoa.

Às pessoas que, mesmo não estando presentes, torceram e acreditaram em mim.

A todos vocês o meu carinho, minha sincera gratidão e o meu muito obrigada!!!

Cada um que passa em nossa vida passa sozinho...
Pois cada pessoa é única e nenhuma pessoa substitui a outra.
Cada um que passa em nossa vida passa sozinho...
Mas não vai só, nem nos deixa só:
Leva um pouco de nós mesmos...
Deixa um pouco de si mesmo...
Há os que deixam muito, mas há os que não deixam nada.
Essa é a maior responsabilidade de nossa vida.
E a prova evidente de que duas almas não se encontram ao acaso.

ANTOINE DE SAINT EXUPERY

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

PROJETO: EDUCAR HOJE PARA PRESERVAR O AMANHÃ.

AUTORA: TICIANE ALVES MOREIRA

ORIENTADOR: MARCELO BARCELLOS DA ROSA

Local da Defesa e Data: Santa Maria, 21 de Fevereiro de 2013.

O presente trabalho refere-se a um estudo que analisa o desenvolvimento de determinadas atividades voltadas à conscientização ambiental aos adolescentes participantes do Programa Projovem. A pesquisa quer mostrar a viabilidade de implementar aos adolescentes a Educação Ambiental no cotidiano da vida deles, buscando o interesse dos mesmos pelos assuntos relacionados à questão ambiental. Para isso, foram oportunizadas atividades práticas e didáticas sobre os problemas ambientais, principalmente sobre o lixo que afeta nossas vidas. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de caráter qualitativa, desenvolvida entre os meses de abril a outubro de 2012. A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Referência Assistência Social no Município de São Pedro do Sul. O público alvo da pesquisa foram os alunos participantes do Programa Projovem, totalizando 30 adolescentes participantes. Os temas abordados como álcool e drogas, meio ambiente foram de grande relevância para a aprendizagem dos adolescentes o que resultou num bom desenvolvimento das atividades. Com este estudo, conclui-se que a Educação Ambiental pode ser inserida no ambiente dos adolescentes, pois eles estão sempre dispostos a novos conhecimentos, informações e reflexões sobre os assuntos ligados a Educação Ambiental, tornando-os conscientes e atentos a tudo o que acontece ao seu redor.

Palavras chaves: Adolescentes, Projovem e Conscientização Ambiental.

ABSTRACT

Specialized of Monograph
Graduate Program in Environmental Education
Federal University of Santa Maria

AUTHOR: TICIANE ALVES MOREIRA
ADVISOR: MARCELO BARCELLOS DA ROSA
DEFENSE PLACE AND DATE: SANTA MARIA, 21, FEBRUARY,
2013.

This paper refers to a study that analyzes the development of certain activities related to environmental awareness to teenagers Program participants Projovem. The research wants to show the feasibility of implementing environmental education to adolescents in their everyday life, seeking the interest of the same issues related to environmental issues. For that, oportunizadas practical activities and teaching about environmental problems, especially on the garbage that affects our lives. We performed a literature search and qualitative character, developed between the months of April to October 2012. The research was conducted at the Reference Center for Social Assistance in the Municipality of São Pedro do Sul The target of the research participants were students Projovem Program, totaling 30 adolescent participants. The themes as alcohol and drogras, environment were of great relevance to the learning of adolescents which resulted in a good development activities. This study concludes that environmental education can be inserted in the environment of teenagers, as they are always willing to new knowledge, information and reflections on issues related to environmental education, making them conscious and aware of everything that happens around them.

Keywords: Teens, Projovem and Environmental Awareness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Alunos do Projovem, construindo uma faixa de conscientização.....	33
Figura 2 – Alunos da turma da manhã palestrando para os alunos	34
Figura 3 – Alunos do Projovem palestrando para as crianças.....	34
Figura 4 – Visita dos alunos ao Conservatório São Braz	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
	12
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
1.3 Justificativa	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. Política Nacional de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	15
2.1.1 Sistema Único de Assistência – SUAS.....	15
2.2 A Educação Ambiental no Âmbito Escolar	20
2.3 A importância do Programa Bolsa Família	21
3 METODOLOGIA	26
3.1 Características da Instituição.....	27
3.2 Público Alvo.....	27
3.3 Aplicação da Pesquisa.....	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5 CONCLUSÃO	34
6 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	35

1 INTRODUÇÃO

Diariamente somos alvo de informações sobre problemas ambientais que estão ocorrendo no Brasil e no mundo. Ouvimos falar do derramamento de petróleo no mar, da contaminação das águas por esgotos não tratados, metais pesados, agrotóxicos, poluição do ar, desmatamentos, desmoronamentos de encostas, queimadas, pesca predatória, destruição da fertilidade do solo, enchentes, secas, extinção de espécies animais e vegetais, grandes lixões, miséria, fome e violência.

Fala-se também que a sobrevivência da espécie humana está ameaçada por uma crise ambiental e que a solução para tal problema é a criação de um novo estilo de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável.

Nesta era de globalização alcançar um mundo melhor significa desenvolver uma Cultura de Paz, onde os valores como esperança, espiritualidade, dignidade humana, solidariedade e justiça social devem prevalecer, onde todos participem como construtores da qualidade socioambiental.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente apresentou na ONU um diagnóstico dos problemas ambientais, cujo documento ficou conhecido como Relatório Brundtland. Ele propunha que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental. Foi quando apareceu, pela primeira vez, o conceito de sustentabilidade.

Conforme Credidio “sustentabilidade significa, sobretudo, sobrevivência. Sobrevivência dos recursos naturais, dos empreendimentos e da própria sociedade”.

De acordo com a ECO-92 (1992), o desenvolvimento sustentável só poderá converter-se em proposta à medida que seus significados ecológicos, ambientais, demográficos, culturais, políticos, sociais e institucionais sejam tidos como prioridade.

O Rio Grande do Sul é um palco privilegiado da diversidade cultural enriquecido pelas inúmeras etnias que compõem a formação do povo, que necessitam ser valorizadas como um fator que une e agrega as pessoas. O meio ambiente é por excelência, o local em que as raízes culturais onde as identidades são construídas e mantidas.

Em virtude da visão urbanizada da vida social, tem-se mudado muito nos últimos anos, especialmente por conta da violência e problemas ambientais das grandes cidades.

Tudo na natureza funciona como deve funcionar a revelia de todos os conceitos e explicações por mais elegantes ou complexo que seja. A natureza deve ser respeitada como algo sagrado por que, pela sua observação atenta, pode-se apreender – e aprender – a sabedoria que existe na sua manifestação.

A natureza faz os fenômenos acontecerem de modo integrado e todas as coisas se encaixam num sistema lógico num encadeamento infinito e perfeito. Os fenômenos da natureza interconectam-se de modo dinâmico, numa teia em que nada, fica de fora. Nada escapa às leis e aos movimentos da natureza, tudo está dentro da natureza e faz parte do processo em que cada elemento cumpra seu papel.

Um dos principais desafios que este projeto remete-se à estimular o protagonismo dos participantes tanto no processo de apropriação de conhecimento e informações sobre a natureza e o meio ambiente, fazendo os adolescentes despertarem sobre a mãe natureza respeitando o processo natural. Assim, o meio ambiente pode ser constituir em um espaço de construção de projeto e qualidade de vida.

1.1 Problema

Como promover às famílias e adolescentes atendidas pelo Centro de Referência de Assistente Social - CRAS uma compreensão crítica do ambiente em que vivem, bem como uma valorização de atitudes éticas e participativas na preservação e utilização racional dos recursos naturais visando o exercício da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e a contribuição para o desenvolvimento sustentável de toda sociedade.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O presente Projeto de Educação Ambiental busca: oportunizar as famílias e aos adolescentes um acesso ao conhecimento das questões ambientais de forma que possibilite compreender o seu meio ambiente.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender a visão global da natureza e do mundo construído pelo homem, estimulando as crianças e adolescentes a uma reflexão sobre a responsabilidade que temos com o ambiente em que vivemos;
- Conscientizar a criança e adolescente sobre a questão ambiental simbolizada pelo amor a Mãe Natureza;
- Formar crianças e adolescentes agentes multiplicadores.

1.3 Justificativa

O Município de São Pedro do Sul, como várias outras cidades e municípios brasileiros, vem enfrentando graves problemas sócio-ambientais. Dentre eles podem ser destacados: a poluição dos solos e dos rios, o desperdício da água e de energia, o desmatamento, destino inadequado dos resíduos sólidos, falta de saneamento básico, e tantos outros.

Na zona periférica do município, devido à má distribuição de renda, ocorre uma ocupação desordenada em áreas inadequadas, como por exemplo, às margens dos arroios, o que tem causado degradação ambiental, aliado ao risco geomorfológico que estas áreas apresentam. Os moradores ainda convivem com a falta de infra-estrutura adequada, ausência completa da vegetação ciliar e o grande acúmulo de lixo.

Devido ao problema de desemprego muitos moradores acabam optando pelo trabalho informal, principalmente como catadores de material reciclável, mas fazem esta atividade sem as menores condições de higiene e segurança.

Considerando-se que essas ações danosas ao meio ambiente acabam intervindo na perda da qualidade de vida da população, torna-se necessário que esse ciclo destrutivo seja interrompido. Neste sentido um programa de educação ambiental se constitui em um instrumento eficaz na formação de cidadãos responsáveis pela construção e manutenção de um ambiente equilibrado, para as atuais e futuras gerações.

Em termos onde os sistemas educativos formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento de outras formas de aprendizagem, importa conceber a educação com um todo, especialmente por conta da violência e problemas ambientais dos municípios.

Assim, os municípios podem ser constituídos em um espaço de construção de projeto e qualidade de vida, almeja-se com esta prática, que as famílias e o educando compreendam que tudo que for cuidado e tratado com amor e carinho, será favorável com o meio ambiente.

Segundo Scardua (2010), a Educação Ambiental faz refletir no sentido que o homem deve tomar a atitude adequada diante do meio ambiente, estimulando o desenvolvimento e as manifestações na formação de valores morais em toda a população e contribuindo para a transformação da situação atual. “Valores esses, que possam suscitar a reflexão para que o homem repense e modifique suas atitudes perante si, o próximo e a natureza” (Ibid., p. 142).

Assim, há de se tomar corretas atitudes em relação ao meio ambiente, para que se possa conscientizar aos demais integrantes do Planeta que ele é único e que não se deve maltratá-lo. E essas atitudes devem ser aprendidas na escola, pois,

o processo educativo não se resume a transmitir informações sobre o que fazer para melhorar o ambiente: é preciso investir na formação de sujeitos que concretamente enfrentem a problemática ambiental e comprometam-se com as mudanças necessárias à qualidade de vida no ambiente de forma autônoma e responsável (JANKE & TOZONI-REIS, 2008, p. 148).

Enfatiza-se o trabalho em equipe, a colaboração mutua de todos os membros do município para alcançar o sucesso. Esse sucesso não será de uma pessoa, mas sim do grupo, que deverá compartilhar dos mesmos objetivos.

Desse modo, a educação tem em sua atuação concreta uma das principais bases, abrangendo comportamentos e atitudes que podem se transformar no dia a

dia que poderão vir a consolidar-se como prática socialmente aceita pela humanidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – Política Nacional de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Neste primeiro capítulo é apresentada uma breve revisão histórica da política nacional de assistência social, tendo como referência o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como público alvo as famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, inserindo-os em serviços destinados para esta população com o intuito de garantir mínimos sociais, atendendo as suas demandas. E também é abordada a questão do Programa Bolsa Família, que tem como objetivo estimular a autonomia, a partir do momento que o recurso financeiro proporcionado pelo programa possibilita a família uma melhor condição de vida e esta passa a freqüentar grupos da rede pública, rompendo com a visão assistencialista da política brasileira.

2.1.1–Sistema Único de Assistência – SUAS

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social Brasileira, incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993), como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um novo campo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A Lei Orgânica da Assistência Social cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do Bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social.

A Política de Assistência Social à Constituição Federal de 1988 e a LOAS trazem em seus objetivos algumas prioridades que possibilitam ao indivíduo condições de cidadania, de direitos conquistados. A LOAS tem como objetivo garantir a proteção, à família, à infância, à adolescência, à velhice, dando um

amparo às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promovendo a sua integração a vida comunitária, e garantir um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não nenhum tipo de renda para sua manutenção.

Os direitos sociais que constam na Constituição Federal de 1998 e os direitos adquiridos a partir da efetivação do SUAS (BRASIL,2004), proporcionam aos indivíduos uma qualidade de vida satisfatória, com valorização humana.

Para Bonetti (2006, p.74) políticas públicas são “o resultado da dinâmica do jogo de forças que estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil”. A população em situação de vulnerabilidade social possui o direito de receber do Estado e da sociedade os mínimos sociais para uma vida digna.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem como objetivo de concretizar direitos assegurados na Constituição Federal 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social 1993. A PNAS organiza a matriz de funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), inaugurando no país um novo paradigma de defesa dos direitos sócio-assistenciais, o qual reorganiza os projetos, programas, serviços e benefícios da Assistência Social. A PNAS tem a família e o território como referências, valorizando a intersetorialidade das ações, na busca da ampliação da atuação da Assistência Social em todo o país. Um dos objetivos dessa Política é, justamente, assegurar que as ações tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Esta política buscar atingir as demandas sociais emergentes da sociedade brasileira, conservando os esforços públicos sobre um olhar crítico no que tange a responsabilidade pública administrativa, gestão social e cidadã com a participação da sociedade civil nesta consolidação.

Assistência Social foi assegurada como Política Pública de direito do cidadão e dever do Estado, conforme a Constituição Federal de 1988, nos artigos 203 e 204 e firmada através da Lei Orgânica da Assistência Social, com isso, a Assistência Social passou a integrar juntamente com a Saúde e a Previdência, a Política de Seguridade Social.

De acordo com o artigo primeiro da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por intermédio de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

A situação de desigualdades sociais que se presencia no Brasil nos últimos tempos é o fator preocupante para pessoas e profissionais que decidem trabalhar no campo social. Entre muitos entraves, percebe-se a fragilidade das políticas públicas, as quais não garantem ao menos as necessidades básicas da população (educação, habitação, saúde, alimentação, trabalho, etc). Por isso, a falta de oportunidade/acesso torna-se conseqüência nessa conjuntura que gera pobreza e automaticamente exclui as pessoas do exercício da cidadania.

O assistente social como profissional que atua diretamente com a política da Assistência Social tem um papel importante ao trabalhar com a educação para o meio ambiente, pois nestes programas ou projetos são desenvolvidos e direcionados para a realização de serviços sociais e de atividades de interesse público, na busca, na caracterização da cidadania. Dentre o trabalho social ele executa, monitora projetos e articula a construção de alianças e redes de relacionamentos com instituições educacionais, sociais e órgãos governamentais.¹

O SUAS define e organiza elementos importantes para a execução das ações consolidando princípios, diretrizes e objetivo, sendo um sistema articulado e integrado de ações com direção a proteção social, tendo funções assistenciais a promoção social, a vigilância social e a defesa dos direitos sócio-assistenciais.

O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que vem consagrar direitos de cidadania e inclusão social. Segundo a Lei Federal nº. 8.742, que têm como objetivo defender e vigiar os direitos de cidadania e dignidade humana. É uma política pública que faz parte da Seguridade Social.

Sendo assim, a assistência social provê os mínimos sociais (como alimentação, saúde, moradia, vestuário e meio ambiente) a todos os cidadãos, ou seja, aos idosos, as crianças e adolescentes, aos deficientes físicos, à família. Constitui-se com um dever do Estado e um direito do cidadão.

¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. A CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. O Programa Bolsa Família. Disponibilizado em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br>. Acesso em 15 de Junho de 2010.

Loas (Lei Nº. 8742/93) – Art. 1º: A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (CRESS, 2000).

A assistência tem por finalidade assegurar a prestação das necessidades básicas, com base nas quais as políticas públicas, com a participação da comunidade, definem os mínimos sociais, de natureza mais ampla. Segundo Carvalho (2003), propor serviços de diversas modalidades apoiados na família e na comunidade.

A assistência social deve ser entendida e implementada tendo como horizonte a redução de desigualdades sociais. Isso não significa que os direitos assistenciais devem ser garantidos a todos cidadãos, pobres e ricos indiscriminadamente, mas que eles devem agir no sentido de buscar a inclusão dos cidadãos no universo dos bens, serviços e direitos, que são patrimônios a todos, viabilizando-se mediante a vinculação orgânica com as políticas econômicas e sociais (FERREIRA, 2000, p. 142).

O SUAS tem como público alvo as famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, inserindo-os em serviços destinados para esta população com o intuito de garantir mínimos sociais, atendendo as suas demandas. Com o objetivo de centralizar as ações na família e no convívio comunitário (PNAS, 2004).

Consideram-se mínimos sociais como:

A noção de mínimos sociais é a de montante de recursos que concedam um padrão de proteção, prevenção, promoção e inserção que o possibilita a transição para uma evolução social. Entende-se como fundamental este último objetivo, pois é daí que se pode projetar, do médio para longo prazo, transformações de efeito nesse conjunto excluídos (REIS, 2007, p. 49).

O Sistema Único de Assistência Social é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da Proteção Social, sendo indispensável para efetivação da Assistência Social como política pública (BRASIL, 2005).

O SUAS na sua concretização da LOAS e regularização das ações de Assistência Social, define e organiza seus princípios, diretrizes e objetivos, sendo um sistema articulado e integrado de ações com direção para a Proteção Social,

onde são oferecidos serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, por níveis de complexidade.

O SUAS em sua estruturação, prevê aos que necessitarem dos serviços da rede social, a proteção social básica e a proteção social especial, partindo das necessidades da população por meio de serviços sócio-assistenciais com vinculação da sociedade civil e da política pública.

A Assistência Social como política de proteção social configura-se com uma nova situação para o Brasil, ela significa garantir a todos que dela necessitam sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Toda a população pobre e carente tornou-se parte integrante do Estado, ainda que essa população continue vivendo na pobreza ou na miséria, e tenha como direito, o reconhecimento de um Programa Bolsa Família.

A cidadania é entendida pelo SUAS como um direito e efetivado por meios da participação social e acesso a serviços e bens, assim, como a compreensão do que a assistência social pode estar ajudando na redução das vulnerabilidades sociais. De acordo com Sposati (2001, p. 60) “o direito de cidadania para a assistência social é as necessidades humanas no patamar de necessidades biológicas, principalmente quando esse humano não é consumidor, isso é tem limitadas condições de acessar o mercado”.

A política de assistência social deve ser inclusiva, dando importância às necessidades sociais, a meios que a família possa prover de sua manutenção, promovendo a integração para o mercado de trabalho, ou seja, atender todas as contingências necessárias para a sobrevivência na sociedade atual.

Essa perspectiva significaria apontar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social. Numa nova situação, não dispõe de imediato e pronto a análise de sua incidência.

Este programa possibilitará às famílias atendidas uma alternativa de geração de trabalho e renda, bem como a capacitação profissional para o mercado de trabalho, sempre buscando fortalecer os sentimentos de auto-estima, de pertencimento, de cooperação e de solidariedade entre os partícipes. Surge como resposta aos altos índices de desemprego e de trabalho informal e precário evidenciados na comunidade (principalmente no que se refere às famílias cujo sustento financeiro provém do Programa Bolsa Família), através de oficinas de inclusão produtiva e de enfrentamento da pobreza (oficina de geração trabalho e

renda), estaremos fortalecendo desenvolvimento e o fortalecimento dessas mulheres.

O enfrentamento das situações que se configuram como de vulnerabilidade aponta para um trabalho que leve em conta a articulação dos sujeitos. O Serviço Social precisa trabalhar para romper com a visão mecanicista de sujeito, que segundo Faleiros (2005), nega a este o papel de transformador social. Quanto mais fortalecido, mais condições poderão ter para superar suas fragilizações recuperando, desse modo, sua capacidade de interação e autonomia.

O empowerment é o fortalecimento dos sujeitos da intervenção profissional num processo de articulação de recursos, imaginário, redes que são capitais ou patrimônios disponíveis nas relações sociais de classe, gênero, raça, cultura, envolvidas em todo o trabalho social (FALEIROS, 2005, p. 43).

Para o fortalecimento das mulheres é decisivo, pois mediante seu fortalecimento as mulheres tomam consciência das desigualdades na relação do poder, tomam controle de suas próprias vidas, tornando-se participativas, críticas, sujeitos de direitos e deveres, protagonistas de sua história de vida que lhes permitem superar as desigualdades no lar, trabalho e na comunidade.

2.2 - A Educação Ambiental no Âmbito Escolar

A educação tem um papel fundamental na sociedade para o desenvolvimento da cidadania, por isso observa-se cada vez mais a valorização dos segmentos sociais, educacionais e ambientais, cujo os métodos estão sendo repensados para tornar a área ambiental um centro de debates e discussões.

A educação é fundamental ao ser humano, principalmente na primeira fase da vida, ou seja, na infância, pois é nesta época que se inicia a formação de um futuro adulto.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil:

O mundo onde as crianças vivem se constitui em um conjunto de fenômenos naturais e sociais indissociáveis diante do qual elas se mostram curiosas e investigativas. Desde muito pequenas, pela interação com o meio natural e social no qual vivem, as crianças aprendem sobre o mundo, fazendo perguntas e procurando respostas

às suas indagações e questões. Como integrantes de grupos socioculturais singulares, vivenciam experiências e interagem num contexto de conceitos, valores, ideias, objetos e representações sobre os mais diversos temas a que têm acesso na vida cotidiana, construindo um conjunto de conhecimentos sobre o mundo que as cerca (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, 1998, p.163).

O homem começa a conhecer o mundo e por meio das expectativas vividas irá formar a sua personalidade, visando promover a conservação do habitat natural no meio ambiental, compatibilizando as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária e outras atividades, dentro de um contexto holístico de ecossistema e gerenciamento dos recursos naturais.

O processo exige estudos técnicos, muito dialogo sustentado por programas de médio a longo prazo, de assistência técnica (um assistente social junto a comunidade), resgatando a importância dos quatros pilares da educação: segundo Delors (2000), aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver junto, e aprender a conhecer, que primam pela formação integral de cada indivíduo, respeitando seus processos de aprendizagem, realidades, dificuldades, identidades sociais e históricas. Os quatros pilares tratam:

- Aprender a conhecer – combinando com cultura geral, suficientemente vasta, com possibilidade de trabalhar em profundidade em um pequeno número de matérias. O que significa: aprender a aprender para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida.

- Aprender a fazer – a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas de uma maneira mais ampla, competência que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

- Aprender a viver juntos – desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

- Aprender a ser – para melhorar desenvolver sua personalidade e estar a altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e da

responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

2.3 - A importância do Programa Bolsa

Dentre as políticas públicas de proteção à família existentes no Brasil, destaca-se o Programa Bolsa Família. O Programa Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Meio Ambiente, que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Programa Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Os programas de renda mínima foram unificados em 2003 em um só programa federal, com o objetivo de acabar com a duplicidade de benefícios, com vistas à ampliação do atendimento de acordo com as demandas registradas no trabalho infantil, universalização do acesso e qualidade na gestão, isto é, o Programa Bolsa Família, que se caracteriza como uma política de proteção a todo o grupo familiar, com um valor em dinheiro para que estas tenham condições de sobreviver de forma digna.

De acordo com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), a família que faz parte do “Programa Bolsa Família” deve ter uma renda mensal de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) do número e da idade dos filhos, e estar devidamente cadastradas no Cadastro Único para programas sociais. A renda familiar é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo, assim, a renda per capita da família.

Conforme documentos oficiais do Programa (BRASIL, 2004b, Lei nº. 10.836; BRASIL, 2006b; BRASIL, 2008a), o Programa Bolsa Família tem os seguintes objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades através da transferência de um benefício relacionado à garantia dos direitos sociais básicos – saúde, educação, meio ambiente, assistência social e segurança alimentar, assim como

contribuir para a emancipação das famílias beneficiárias, por meio da construção de meios e condições para que consigam sair da situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

É visível que o Programa Bolsa Família assume que o processo de superação da condição de pobreza na qual se encontram as famílias beneficiárias vai além da transferência direta de renda. Concordando com essa concepção, acredita-se que o trabalho de proteção social destas famílias passa, necessariamente, pela inclusão produtiva² através da disponibilização de oportunidades de qualificação profissional, ocupacional e social à trabalhadores com dificuldades de inserção no mercado, em articulação com a geração de trabalho e renda.

Partindo dessas premissas, e encontrando respaldo nas próprias diretrizes do Programa Bolsa Família, que reconhece como papel dos municípios

“estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais, para oferta de programas sociais complementares, com vistas a criar meios e condições de promover a emancipação das famílias beneficiárias”

O Programa Bolsa Família tem como objetivo estimular a autonomia, a partir do momento que o recurso financeiro proporcionado pelo programa possibilita a família uma melhor condição de vida e esta passa a freqüentar grupos da rede pública, rompendo com a visão assistencialista da política brasileira.

O Programa Bolsa-Família colocaria em primeiro plano a independência e a autonomia das beneficiárias procurando oferecer, além de renda mensal, cursos profissionalizantes, de alfabetização, incentivo á agricultura familiar, a formação de cooperativas etc..., que, em segundo momento, as tornarias capazes de garantir os próprios meios de escolha de como planejar de modo independente alternativas de respostas adequadas às suas necessidades (MARQUES, 2007, p. 57).

A família deve ser compreendida no contexto em que vive, lembrando que cada família possui seus costumes, valores e padrões econômicos diferenciados, em constante movimento de transformações. Além disso, podemos dizer que a

² Os serviços de Inclusão Produtiva buscam a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, através do incentivo à geração de trabalho e renda, promovendo ações de capacitação, instrumentalização para o trabalho e formação de grupos de produção.

família reflete as mudanças sociais e paralelamente atua sobre elas, ocupando um importante papel no movimento da sociedade.

O Programa Bolsa Família define o cumprimento de algumas condicionalidades ou contrapartidas, que devem ser assumidas pelas famílias beneficiárias para que nele permaneçam. Essas condicionalidades estão relacionadas às áreas de saúde, educação e assistência social, e seu cumprimento rompe com o viés assistencialista que tem marcado as políticas sociais brasileiras e possibilita o acesso e a inserção da população pobre nos serviços sociais básicos, bem como oportuniza a inclusão social e a emancipação (BRASIL, 2006b).

O Programa está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), mais especificamente à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)³ e constitui uma das prioridades do Governo Federal para a Política Pública de Assistência Social, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

A utilização de um único cadastro pelas três esferas de governo (União, Estados e Municípios) permite analisar se todas as famílias de baixa renda são assistidas pelos programas sociais, bem como evita a sobreposição de programas para uma mesma família. O cadastramento não significa a inclusão automática da família nos programas sociais: a seleção e o atendimento da família por esses programas ocorrem de acordo com os critérios e procedimentos de cada um deles.

O Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um banco de dados utilizado para o registro de informações sobre as famílias com renda per capita mensal de até ½ (meio) salário mínimo. Um dos objetivos do CadÚnico é uniformizar informações sobre os beneficiários dos programas sociais, além de subsidiar o planejamento de políticas públicas dos diferentes níveis de governo. Esse cadastramento contempla informações sobre as características do domicílio, condições de moradia e acesso aos serviços públicos urbanos, composição familiar, despesas mensais por número de dependentes, rendimentos, qualificação escolar e profissional.

³ Essa Secretaria, criada em 2004, é uma das cinco Secretarias que integram o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, tendo por objetivo a implantação da Política Nacional de Renda de Cidadania no país. A SENARC coordena, em nível nacional, a gestão do Programa Bolsa Família e o Cadastro Único (CADÚnico) dos programas sociais.

Contudo, o cadastramento não significa a inclusão automática das famílias no Programa Bolsa Família e em outros programas sociais, devido à seleção e o atendimento ocorrerem de acordo com critérios e procedimentos de cada um deles; e de acordo com a estimativa de famílias pobres de cada município.

O desemprego é um problema mundial, mas no Brasil suas características são agravadas por problemas sócio-econômicos enraizados em nossa trajetória histórica. Na verdade, a exacerbação do fenômeno do desemprego vem ampliar um quadro de desigualdades e injustiças sociais que sempre imperou no cenário brasileiro. Entre os fatores que agravam a questão do desemprego no país estão: a baixa escolaridade da mão-de-obra, a informalidade e a precariedade das condições de trabalho, bem como a escassez de políticas públicas de proteção social.

Por reconhecerem os fortes impactos que os processos de exclusão geram sobre as famílias atendidas, acentuando suas fragilidades e contradições, estas Organizações assumem a família como sujeito de direitos, atribuindo-lhe centralidade no âmbito das ações desenvolvidas. Assim sendo, fica estabelecido que a família, enquanto espaço privilegiado de proteção e socialização primária, também precisa ser cuidada e protegida para assim bem desempenhar suas funções. E, distanciando-se de ações tuteladoras, imediatistas e assistencialistas, a maneira mais digna e democrática de alcançar este propósito é a inclusão da família na agenda das políticas públicas sociais.

Para Senna et al. (2007), na área das políticas sociais, o Programa Bolsa Família tem ocasionado possíveis mudanças no padrão clássico de intervenção do Estado. Sendo assim, é preciso criar mecanismos consistentes de acompanhamento social das famílias beneficiárias do PBF por equipes multiprofissionais, objetivando oportunidades reais de inserção social (MONNERART et al. e SENNA et al., 2007). Pereira (2001, p.224) afirma que

[...] a política de assistência social, além de dever se preocupar com a provisão de bens materiais (“dar o peixe”), tem que contribuir para a efetiva concretização do direito do ser humano à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária saudável, ao desenvolvimento intelectual, às oportunidades de participação e ao usufruto do progresso (“dar as condições para pescar”).

Nessa direção, a Assistência Social deve concretizar direitos capazes de proporcionar a equidade e a justiça social. Todavia, é preciso que o Estado, em

parceria com a sociedade civil, concretize esses valores em realidade, através de um conjunto de benefícios e serviços capazes de responder às necessidades sociais. O Programa Bolsa Família tem ocasionado possíveis mudanças no padrão clássico de intervenção do Estado na área das políticas sociais; porém, ainda apresenta desafios que requerem pensar alternativas de autonomização das famílias beneficiárias que, até então, dele dependem para atender necessidades básicas ou humanas.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa qualitativa foi realizada no Município de São Pedro do Sul, tendo o público alvo as famílias e adolescentes do Programa Bolsa Família atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social. (Programas Complementares, Bolsa Família, Senasc, 2010).

Para todos os adolescentes participantes foi realizado um levantamento socioeconômico da família, sendo realizada a entrevista com o responsável, e autorizando o uso das imagens das crianças e adolescentes, e quando necessário este processo foi complementado com a realização de visitas domiciliares com a equipe multidisciplinar do Centro de Referência Assistência Social.

Os adolescentes foram inseridos no Projeto “Educar hoje para preservar o amanhã”, fazem parte do Programa Projovem, sendo todos beneficiários da Bolsa Família.

Para os adolescentes fazerem parte do programa, eles tem que estar matriculados na rede pública de ensino, para participar do projeto eles tem que possuir entre 15 a 17 anos.

A modalidade de atendimento socioeducativa funcionou no período de 02 horas diárias, em horário alternado da escola e será dividido em 05 oficinas o que permite o desenvolvimento de atividades simultâneas e independente, sendo que todos os adolescentes participaram de todas as oficinas, dentro de um esquema de rodizio semanal. Cada oficina teve como responsável um profissional habilitada e qualificado na área especifica são elas: oficina de judô, oficina de vôlei, oficina de trabalhos manuais, oficina de formação humana e oficina de educação ambiental.

O Projeto foi desenvolvido dentro de uma perspectiva de trabalho em rede, em especial com as instâncias sócioassistenciais que prestam atendimento as crianças e adolescentes (a exemplo do Conselho Tutelar, do Juizado da Infância e Juventude, da rede pública de ensino, hospital do município).

Para o desenvolvimento da oficina de educação ambiental é necessário a participação de toda a comunidade, atualmente vive-se num ambiente onde a natureza é profundamente agredida é importante lembrar que o lixo gerado pelo homem é apenas uma pequena parte da montanha gerada todos os dias, para isso pretende-se realizar ações nas áreas de educação formal – visando os adolescentes

em idade escolar, e na área da educação não-formal – direcionado a comunidade em geral. Para realização da oficina do Programa de Educação Ambiental foi elaborada as seguintes ações.

A natureza deve ser respeitada como algo sagrado por que pela sua observação atenta pode-se apreender – e aprender – a sabedoria que existe na sua manifestação.

Tudo na natureza funciona como deve funcionar á revelia de todos os conceitos e explicações.

A natureza faz os fenômenos acontecerem de modo integrado e todas as coisas se encaixam num sistema lógico num encadeamento infinito e perfeito. Os fenômenos da natureza se interconectam de modo dinâmico numa teia em que nada absolutamente nada fica de fora. Nada escapa as leis e aos movimentos da natureza, tudo está dentro da natureza e faz parte do processo em que cada elemento cumpra seu papel.

Para isso, foi repassado aos alunos as classificações de tipos de resíduos sólidos de acordo com a sua origem:

- dos espaços públicos: como ruas e praças o chamado resíduos sólidos de varrição; como folhas, terras e entulhos;
- dos estabelecimentos comerciais: como restos de comida, embalagens, vidros, latas e papeis;
- das casas: como papeis, embalagens plásticas, vidros, latas, restos de alimentos, rejeitos;
- das fabricas: com rejeitos sólidos e líquidos, é de composição variada, que depende dos materiais do processo usados;
- dos hospitais e farmácias: é um tipo de lixo contendo agulhas, seringas e curativos, o chamado resíduos sólidos patogênico, e que produzem inúmeras doenças.

Como se percebe em todo o lugar sai resíduos sólidos. E se a este for dado um destino final inadequado.

Para isso, foi elaborado materiais como: cartazes, folders, cartilhas de conscientização, com uma linguagem acessível a realidade dessas necessidades.

A conscientização da questão ambiental foi através de atividades lúdicas, e o eixo norteador desta oficina foi a interrelação entre o lúdico e aprendizagem e a aprendizagem foi relacionada através da confecção pelos próprios adolescentes os

folders, este material foram distribuído numa caminhada de sensibilização que estimulou o envolvimento da comunidade em geral com a questão ambiental, por meio da separação dos resíduos sólidos secos produzido em suas residências e ou local de trabalho.

Promover os princípios dos 4 R (Reduzir consumo, Reaproveitar o recurso, Reciclar materiais e Repensar o uso dos recursos ambientais), onde os adolescentes puderam ter a vivência no plantio e embelezamento do Centro de Referência de Assistência Social, onde puderam colocar em prática as teorias que receberam durante a oficina.

Os adolescentes trabalharam no desenvolvimento e **empoderamento**⁴ da comunidade, estes são as comunidades nos quais as famílias estão inseridas buscando o fortalecimento da comunidade pela melhoria da suas qualidade de vida, identificando suas prioridades e potencialidades através de difusão, promoção e defesa da natureza e meio ambiente.

Dar suporte as comunidades juntamente com o Centro de Referência de Assistência Social capacitando-os para criar ações que promovam a sustentabilidade dos recursos naturais.

A pesquisa foi abordada de forma qualitativa, incentivando os adolescentes a serem multiplicadores para atuarem junto as suas comunidades.

3.1 Características da Instituição

O trabalho foi desenvolvido na Centro de Referencia de Assistência Social – CRAS, localizado no Bairro Paulo Tietz no Município São Pedro do Sul, onde possui um projeto desenvolvido para os adolescentes que freqüentam a escola em turno **inverso**⁵ o PROJOVEM,

O Centro de Referência de Assistência Social atende 30 adolescentes, sendo as aulas em dois turnos (manhã e tarde) e três vezes na semana, os demais dias os mesmos participam das oficinas pedagógicas como judô, dança e vôlei.

O objetivo do Centro de Referência de Assistência Social é que a educação deve ser compreendida, interpretada para que aja possibilidade de se intervir na mesma.

Por meio desta pesquisa, buscou-se resgatar a condição do educando como sujeito do conhecimento. Dessa forma, o ensino torna-se uma prática que permite o conhecimento e a aproximação crítica da realidade, fazendo uso da ação e da reflexão no meio ambiente.

3.2 Público alvo

O público alvo da pesquisa foram os trinta alunos que freqüentam o Centro de Referência de Assistência Social sendo a faixa etária dos 15 aos 17 anos.

3.3 Aplicação da pesquisa

A aplicação da pesquisa ocorreu entre os meses de Abril a Outubro de 2012, por meio de módulos trabalhados sobre o meio ambiente com o intuito de viabilizar a conscientização ambiental, para que eles se tornassem alunos multiplicadores.

Os encontros eram feitos semanalmente, todas as quintas-feiras.

Os temas abordados como álcool e drogas e meio ambiente foram de grande relevância para a aprendizagem dos adolescentes o que resultou num bom desenvolvimento das atividades.

Os alunos foram separados por oficina. Seguem os momentos desenvolvidos durante a pesquisa:

- **Primeiro momento:** Uma palestra de apresentação sobre esta oficina;
- **Segundo momento:** Construção de uma faixa sobre álcool e drogas e meio ambiente;
- **Terceiro momento:** Construção de panfletos educativos para cada turma, fazendo um paralelo com Lixo seco e Lixo Orgânico.

Estes momentos surgiram das necessidades de maior conhecimento dos resíduos sólidos dos adolescentes, através de curiosidades, informações trazidas de casa, temas abordados na escola e da importância da conscientização ambiental no atual momento.

As atividades desenvolvidas tiveram um cunho prático e didático baseado nas observações e nas experiências vivenciadas pelos adolescentes. Todas as

atividades foram desenvolvidas de forma clara e objetiva o que facilitou muito no bom andamento do projeto durante a sua execução da oficina.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta foi desenvolvida com os alunos participantes do Projovem, era que eles se tornassem multiplicadores das ações desenvolvidas pelo programa, onde eles pudessem atuar diariamente nas comunidades onde residem.

Os resultados obtidos pelo trabalho de conscientização ambiental foram alcançados durante o desenvolvimento da pesquisa e para um melhor entendimento será efetuado um breve comentário sobre a compreensão dos procedimentos obtidos durante esta fase.

As atividades realizadas foram planejadas visando alcançar os objetivos propostos pelo projeto de pesquisa e se constituíram da seguinte maneira:

O primeiro passo desenvolvido no projeto foi conscientizar os adolescentes participantes do Projovem dos problemas que os resíduos sólidos podem ocasionar em nossas vidas. Portanto, foi oportunizado uma discussão com os adolescentes sobre o meio ambiente.

A palestrante enfatizou sobre a importância da reciclagem, já que o lixo é um dos principais problemas ambientais da atualidade. Além de preservar o meio ambiente, a reciclagem contribui com a diminuição significativa da poluição do solo, da água e do ar.

Outra questão levantada na palestra foi a orientação sobre a separação do lixo na escola e nas residências de cada um, demonstrando, na prática, através de embalagens vazias e questionando os alunos sobre o que é lixo e o que pode ser reciclado, para que possam estabelecer em suas casas a maneira correta de separar os resíduos sólidos que pode ser reciclado, e que não pode ser reutilizado pela coleta seletiva, sendo o seu destino o aterro sanitário.

A finalidade do projeto é fazer com os alunos participantes promovam espaços para debates e trocas de ideais nas comunidades, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e do exercício da cidadania, estimulando a participação comunitária.

Num segundo momento, foi oportunizado para os adolescentes participarem de uma caminhada promovida pelas escolas do município com o intuito de prestar esclarecimentos para a população em geral sobre os diversos riscos que álcool e drogas trazem para as famílias e a questão ambiental que está presente no cotidiano.

Cada turma do programa Projovem confeccionou uma faixa sobre o tema citado acima, tendo eles a iniciativa para confeccionar as faixas.



Figura 01 – Alunos do Projovem, construindo uma faixa de conscientização
Fonte: Ticiane Alves Moreira, 2012.

Foi confeccionado um panfleto com cada turma onde o tema o resíduos sólidos Seco e Orgânico. Cada turma elaborou um panfleto conforme sua escolaridade, sendo que a turma da manhã estão freqüentando o Ensino Médio, portanto a mensagem foi dirigida a outros jovens, aos pais e a comunidade em geral.

Já o turno da tarde direcionou seu panfleto para alunos de Ensino Fundamental, já que eles estão nesta escolaridade.



Figura 02 – Alunos da turma da manhã palestrando para os alunos
Fonte: Ticiane Alves Moreira, 2012



Figura 03 – Alunos do Projovem palestrando para as crianças
Fonte: Ticiane Alves Moreira, 2012.

Após o término das atividades proposta aos adolescentes, os mesmos optaram ir até o Centro Conservacionista São Braz, já que o tema trabalhado pelos adolescentes foi a natureza e a conservação do meio ambiente.



Figura 04 - Visita dos alunos ao Conservatório São Braz
Fonte: Ticiane Alves Moreira, 2012.

As atividades foram de grande valia para a aprendizagem dos adolescentes, pois eles não tinham conhecimento sobre reciclagem e os seus benefícios para o meio ambiente.

O trabalho desenvolvido foi, sem dúvida, uma contribuição para a formação de uma consciência ambiental.

Portanto, a pesquisa confirma a viabilidade de implantar a Educação Ambiental no cotidiano, buscando o interesse pelo os assuntos relacionados à questão ambiental.

5 CONCLUSÃO

A educação tem um papel fundamental na sociedade para o desenvolvimento da cidadania, por isso observa-se cada vez mais a valorização dos segmentos sociais e educacionais, cujos métodos estão sendo repensados para tornar a escola e a comunidade um centro de debates e discussões.

A educação é fundamental ao ser humano, principalmente na primeira fase da vida, ou seja, na infância, pois é nessa época que se inicia a formação de um futuro adulto, que como homem começa a conhecer o mundo e por meio das expectativas vividas irá formar sua personalidade.

É importante salientar, que a educação surgiu com a humanidade e essa está relacionada ao processo de adaptação necessário à sobrevivência homem. É por esse motivo que, nos dias atuais, a educação não pode ser apenas teórica e imobilista. Enfatiza-se a educação integral como formadora das mentalidades e também de projetos profissionais, bem como, incentivadora dos deveres da cidadania.

A crescente conscientização ecológicas tem levado teorias às escolas, mas pouco tem se inserindo nas práticas efetivas com a relação as atitudes comportamentais dos atores envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Neste sentido, a Educação Ambiental vem somar esforços, portanto ocupar um espaço protagonista na construção de um novo palco de vida como forma de expressão e mobilização, que levem criticamente a descoberta de novos valores, atitudes, gerando novos padrões éticos a serem construídos e vividos individuais e coletivamente.

As bases de apoio para o desenvolvimento do Projeto Educar hoje para preservar o amanhã, estão no estabelecimento de uma rede de serviços e o trabalho em parceria com diversas instâncias articulando as políticas de proteção ambiental envolvendo Poder Público, Setor Privado e Comunidade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Código de Ética dos Assistentes Sociais. Brasília, 1993.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome Secretaria de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. SUAS – Sistema Único de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. NOB-RH/SUAS.** Resolução n. 269, de 13 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 26 nov 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em 29 de Junho de 2010.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Programa Bolsa Família. Cartilha do Programa Bolsa Família. Brasília: 2006b. Disponível em <www.mds.gov.br/servicos/Coordenacao/cartilhas-guias/cartilha_pbf.pdf/view> Acesso em: 03 jun. 2010.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Guia de Políticas e Programas do MDS. Brasília: 2008a.

_____. Congresso Nacional. Lei nº. 10.836, de 09 de janeiro de 2004c. Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm> Acesso em: 03 jun. 2010.

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda.** 10. ed. São Paulo: Martins Fontes:2002.

BONETTI, W. Lindomar. **Políticas públicas por dentro.** Ijuí: Unijuí, 2006.

BRAZ, Marcelo. **O PAC e o Serviço Social: crescimento para quê e para quem? Os setentas anos da profissão e os seus desafios conjunturais.** In: Projetos profissionais e conjunturais. n. 91, set, 2007.

BUENO, Cleuza Maria de Oliveira. **Entrevista: espaço de construção subjetiva.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CRESS. **Coletânea de Leis.** Porto Alegre,2000.

DREYER, Lílian e JOHANNPETER, Maria Elena P. **O quinto poder: consciência social de uma nação.** Porto Alegre: L&PM, 2008.

EGGERT, Elda; MENEZES, Magali de; TIBURI, Márcia (Orgs.). **As Mulheres e a filosofia.** São Leopoldo, RS: Editora UNISSINOS, 2002.

FALEIROS, Vicente. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FÁVERO, E.T. **Rompimentos dos vínculos do pátrio poder: condicionantes socioeconômicos e familiares**. São Paulo: Veras, 2001.

FERREIRA, Ivanete Salete. **Políticas sociais e setoriais e por seguimentos. As políticas brasileiras de seguridade social**. Assistência Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 03, Brasília: UNB, Centro da Educação Aberta, 2000.

JANKE, N.; TOZONI-REIS, M. F. de C. **Produção coletiva de conhecimentos sobre qualidade de vida: por uma educação ambiental participativa e emancipatória**. Ciência e Educação, São Paulo, v. 14, n.1, p. 147–157, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v14n1/10.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2011.

HADAD, Sérgio. *Jornal da PUC*. 2ª quinzena, nov. 2001, p. 6

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaniedade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KERN, Francisco A. A rede como estratégia metodológica de operacionalização do SUAS. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINKY, Beatriz. (Orgs.). **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da Implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

LOAS. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Coletânea de Leis. Revista ampliada. CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. Porto Alegre, 2000.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro, Maia, Rousiley Celi Moreira. **Dimensões da autonomia no combate à pobreza: O Programa Bolsa Família sob a perspectiva das beneficiárias**. In: *Revista Serviço Social*. São Paulo: Cortez, n 92, nov. 2007.

NEDER, G. **Trajetórias familiares**. Florianópolis: 1996.

OYSU, Roberto. **A Sabedoria da Natureza: I Ching, Zen e ensinamentos essênios**. Editora Agora. São Paulo, 2006.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira. As organizações não governamentais e o trabalho do assistente social. Processo de trabalho do Serviço Social II. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2: crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

REIS, Carlos Nelson. **O sopro do minuano: transformações societárias e políticas sociais: um debate acadêmico**. Porto Alegre, RS:EDIPUCRS, 2007.

STREY, Marlene et.al (org.s). **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre. EDIPUCRS,2004.

SANTOS, Ana Cláudia Ribeiros dos. O Trabalho com famílias de Baixa Renda Programa Família Cidadã. In: **Projeto integrado de atenção à criança e ao adolescente em situação de risco social**. Prefeituras de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Porto Alegre e Viamão, 2004.

SENNA, M. C. M. et al. **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 Jun. 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **Globalização na economia e processo de exclusão social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 01. Brasília: CEAD, 1999.

SPOSATI, Aldaíza. **Desafios para fazer avançar a Política de Assistência Social no Brasil**. In: Revista e Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XXII, n. 68, nov. 2001.

STEPHANO, Luiz. **Guia de Elaboração de projetos sociais**. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

SZYMANSKI, H. **Teorias e “Teorias “ de Família**. In: CARVALHO, N.C.B. (org). A família contemporânea em debate. São Paulo: EDU/Cortez, 2000.